

**CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2026**

**EDITAL OFICINAS DE PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO CENTRE POMPIDOU  
PARANÁ — MACRORREGIÃO OESTE**

**TERMO DE EXECU O CULTURAL N.º [REDACTED]/2026**

**TERMO DE EXECU O CULTURAL –  
QUE CELEBRAM ENTRE SI O  
ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA  
CULTURA – SEEC, E  
[REDACTED], PARA OS FINS  
DE [REDACTED] NOS  
TERMOS SEGUINTE:**

O Estado do Paraná, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SEEC, CNPJ n.º 77.998.904/0001-82, com sede   Rua  bano Pereira, 240 – Centro – Curitiba/PR, CEP: 80410-240, doravante denominada **SEEC**, neste ato representada por sua Secretária, Luciana Casagrande Pereira Ferreira, nomeada pelo Decreto n.º 15/2023, inscrita no CPF sob o n.º 921.516.129-53, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.531.244-3, expedida pela SESP/PR, residente e domiciliada nesta Capital e **[NOME COMPLETO]**, Pessoa Física inscrita no CPF n.º [REDACTED], RG n.º [REDACTED], residente e domiciliado (a) em [REDACTED] telefone: [REDACTED], e-mail: [REDACTED], doravante denominado(a) **Agente Cultural**, RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE EXECU O CULTURAL, que passa a ser regido pelas seguintes cláusulas:

## 1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL se fundamenta nas disposições do EDITAL OFICINAS DE PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO CENTRE POMPIDOU PARANÁ — MACRORREGIÃO OESTE N.º 001/2026 do qual seu Aviso de Publicação foi publicado na Edição n.º XXX – Comércio, Indústria e Serviços no Diário Oficial do Estado datado de xxxxx de XXXX, dos recursos providos do Tesouro Estadual disponível, com base na Lei Federal n.º 14.903, de 27 de junho de 2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), na Lei Federal n.º 14.399, de 08 de julho de 2022 (PNAB), no Decreto Federal n.º 11.740, de 18 de outubro de 2023 (Decreto PNAB), no Decreto Federal n.º 11.453, de 23 de março de 2023 (Decreto Federal de Fomento) e no Decreto Estadual n.º 3.463, de 19 de setembro de 2023 (Decreto Estadual de Fomento).

## 2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto do presente TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL a concessão de apoio financeiro que o Estado do Paraná presta ao( ) Agente Cultural para execu o da Proposta “ \_\_\_\_\_ ” devidamente aprovado(a) no Edital N.º 001/2026, e conforme a aba Etapas de Trabalho no Sistema SIC.Cultura.
- 2.2. O Plano de Trabalho, conforme modelo disposto neste Anexo,   parte integrante do presente Termo de Execu o Cultural.

## 3. RECURSOS FINANCEIROS

- 3.1. Os recursos financeiros para a execu o do presente termo totalizam o montante de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

- 3.2. Serão transferidos   conta específica do projeto do(a) Agente Cultural, especialmente aberta pelo próprio Agente Cultural em um dos seguintes bancos constantes na listagem abaixo, **Agência [NÚMERO DA AGÊNCIA], conta corrente n.  [NÚMERO DA CONTA],** para recebimento e movimentac o.
  - 3.3. A conta bancária a que se refere o *caput* deste artigo conter  funcionalidade de aplica o automática dos valores em modalidades de investimento de baixo risco, a fim de que haja rendimentos financeiros enquanto os recursos não forem utilizados.
  - 3.4. A SEEC poderá proceder a abertura de conta específica em nome do agente cultural proponente em favor do projeto contemplado.
  - 3.5. O Agente Cultural deverá abrir a conta corrente do projeto em um dos seguintes bancos: Banco do Brasil S.A.; Banco Santander S.A.; Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Banco Inter S.A.; Caixa Econ mica Federal; Banco Original S.A.; Banco Bradesco S.A.; Nu Pagamentos S.A.; Banco Digio S.A.; Banco C6 S.A.; Itaú Unibanco S.A. ou Banco Cooperativo Sicredi S.A.
    - 3.5.1. Nos casos de institui o financeira pública, a conta corrente específica referida no *caput* deste artigo será isenta de tarifas bancárias.
    - 3.5.2. Nos casos de conta em institui o financeira privada, os valores de tarifa bancária poderão ser previstos no plano de trabalho.
  - 3.6. Os rendimentos oriundos de aplica es financeiras poderão ser aplicados para o alcance do objeto sem necessidade de autoriza o prévia.
4. **DAS OBRIGA ES DAS PARTES**
- 4.1. Para a consecui o dos objetivos deste **TERMO DE EXECU O CULTURAL**, assumem as partes as seguintes obriga es:
    - 4.1.1. **Das obriga es da SEEC:**

- a) Realizar o repasse financeiro em conta bancária especialmente aberta pelo próprio Agente Cultural, utilizada exclusivamente para fins de execu o do objeto deste Termo de Execu o Cultural, pelo Agente Cultural, dos recursos financeiros previstos para o projeto;
- b) Acompanhar as atividades de execu o, avaliando os seus resultados e reflexos;
- c) Analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a presta o de informa es apresentados pelo(a) Agente Cultural;
- d) Supervisionar e orientar o(a) Agente Cultural, bem como exercer fiscaliza o na execu o do projeto;
- e) Orientar o(a) Agente Cultural sobre o procedimento para a presta o de informa es dos recursos concedidos;
- f) Analisar e julgar a presta o de contas do Agente Cultural conforme as categorias elencadas no Tesouro Estadual disponível;
- g) Analisar os pedidos de altera es do projeto, desde que apresentadas previamente e por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na altera o do objeto fomentado;
- h) Zelar pelo fiel cumprimento deste Termo de Execu o Cultural;
- i) Adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento das condi es deste Edital.

#### **4.1.2. Das obriga es do(a) Agente Cultural:**

- a) Executar o projeto de acordo com as especifica es aprovadas;
- b) Cumprir as obriga es e requisitos previstos no Edital de Chamamento Público e no ato que regulamenta o Programa em que se insere a a o cultural;
- c) Preencher diagnóstico disponibilizado com o objetivo de mapear suas condi es atuais e demandas específicas, no sistema próprio da SEEC;
- d) Arcar com todos os custos para a realiza o do projeto, inclusive pesquisa, material de execu o, equipamentos e mão de obra, bem como com os encargos trabalhistas, fiscais e sociais decorrentes;

- e) Facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do Termo de Execu o Cultural bem como o acesso aos locais de realiza o do projeto;
- f) Realizar a presta o de contas, conforme previsto no Anexo VII – ORIENTA ES SOBRE A PRESTA O DE CONTAS deste Edital;
- g) Atender a qualquer solicita o regular feita pela SEEC;
- h) Divulgar nos meios de comunica o, em todo material promocional (impresso, virtual, de áudio e audiovisual), e no(s) produto(s) cultural(is) resultante(s) do projeto, o apoio da SEEC, do Estado do Paraná, do Ministério da Cultura e da Política Nacional Aldir Blanc, utilizando as logomarcas oficiais conforme disponibilizado no SIC.Cultura e no site da SEEC;
- i) Guardar a documenta o relativa   execu o do objeto e financeira pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execu o Cultural;
- j) Não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
- k) Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes da administra o e execu o do projeto, obrigando-se a arcar com todos os  nus, salvo em caso fortuito, força maior, ou de danos causados por terceiros;
- l) Zelar pelo bom nome das institui es envolvidas;
- m) Preencher os dados do Plano de Trabalho, de acordo com disposto no Art. 13 do Decreto n.  14.903/2024.<sup>1</sup>
- n) Preencher os dados do Plano de Trabalho, por meio do sistema SIC. Cultura, de acordo com disposto no art. 27 do Decreto n  3.463, de 2023.

---

<sup>1</sup> Art. 13. O plano de trabalho anexo ao termo de execu o cultural celebrado deverá prever, ao menos:

I - descri o do objeto da a o cultural;  
II - cronograma de execu o;  
III - estimativa de custos.

**Parágrafo  nico.** As obriga es dos agentes facilitadores serão estabelecidas no Edital de Chamamento Público, conforme o Decreto n  3.463, de 2023.

## **5. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZA O**

5.1. As atividades alusivas ao objeto deste **TERMO DE EXECU O CULTURAL** serão executadas pelo(a) Agente Cultural sob supervisão da **SEEC**, que acompanhar  a execu o e fará a avalia o e acompanhamento do cumprimento do objeto.

5.1.1. São atribui es do fiscal do presente Termo:

- a) ensejar as a es para que a execu o física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;
- b) acompanhar a execu o do convênio ou instrumento cong nere, responsabilizando-se pela avalia o de sua eficácia;
- c) verificar a adequa o da aquisi o de bens e a execu o dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pelo conveniente com o efetivamente entregue ou executado;
- d) prestar, sempre que solicitado, informa es sobre a execu o dos convênios ou instrumentos cong neres sob sua responsabilidade;
- e) analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequa es do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos quando houver modifica o dos projetos de engenharia e das especifica es dos serviços.
- f) emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste.

g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas   execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

h) Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

5.1.2. Em apoio   avaliação e ao acompanhamento do cumprimento do objeto, a SEEC também poderá se valer de agentes facilitadores agentes públicos, contratados com terceiros ou decorrentes da celebração de parcerias ou instrumentos cong neres, nos termos do Decreto n. 3.463/2023..

## **6. DAS ALTERAÇÕES**

6.1. Este Termo poderá ser alterado mediante Termo Aditivo ou por simples apostila, nos termos e limites da legislação e do Edital, podendo o(a) Agente Cultural apresentar solicitação para a alteração.

6.2. A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I. prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos;

II. alteração do projeto sem modificação do orçamento e sem modificação substancial do objeto.

6.3. As alterações de plano de trabalho cujo escopo seja o remanejamento orçamentário de, no máximo, vinte por cento do valor de cada rubrica do orçamento, poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas   administração pública em seguida, sem a necessidade

de autoriza o prévia, desde que observado o disposto na alínea "b" da cláusula 6.2.

- 6.4. A utiliza o de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execu o cultural poderá ser realizada pelo agente cultural mediante autoriza o prévia da Administra o Pública e formaliza o de termo aditivo.

## 7. DOS RECURSOS

- 7.1. Para a execu o do objeto deste **TERMO DE EXECU O CULTURAL**, serão repassados recursos no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), oriundos da dota o orçamentária: Dota o Orçamentária: 5102.13392278.392 - Fortalecimento das Políticas Públicas Culturais, nas Naturezas de Despesas: 3350.4100 - Contribui es, 3360.4100 – Contribui es, 3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, 3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, 3390.4700 – Obriga es Tributárias e Contributivas, 3390.4800 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, da Fonte de Recursos: 500 e/ou 501, que serão creditados em conta bancária específica aberta pela Agente Cultural.
- 7.2. O repasse dos valores mencionados na Cláusula 7.1 está condicionado   apresenta o, pelo(a) Agente Cultural, da comprova o da manuten o dos requisitos de habilita o, incluindo a regularidade fiscal e demais certidões previstas no Decreto n. 3.463, de 2023, e no Decreto n. 10.086, de 2022, incluindo a certidão liberatória do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além dos requisitos previstos na Lei n. 18.466, de 2015 - PR e no Decreto n  1.933, de 2015, que dispõem sobre o Cadin – Cadastro Informativo Estadual, bem como o disposto no art. 195,   3 , da Constitui o da República.

- 7.3. Conforme disposto no art. 30 do Decreto Estadual n. 3.463, de 2023, os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência do fomento, detalhadamente constantes do Plano de Trabalho, serão de titularidade do Agente Cultural, desde a data de sua aquisi o, nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do citado artigo.
- 7.3.1. O Agente Cultural não poderá proceder o desfazimento (venda, doa o, cessão de uso etc.) de bens que se caracterizem como material permanente sem prévia e expressa anuência da SEEC, pelo prazo de 12 (doze) meses, sob pena de reversão do bem a outro Agente Cultural ou   Administra o Pública.
- 7.3.2. Se a a o cultural tiver como finalidade viabilizar reforma ou constru o de espaços culturais, os bens serão gravados com cláusula de inalienabilidade/alienabilidade condicionada   autoriza o da SEEC, por prazo indeterminado, levados a averba o no Registro Público de Imóveis.
- 7.3.3. Na hipótese de extin o ou cessão das atividades do Agente Cultural antes do prazo previsto na cláusula 7.3.1 ou nos casos de bens imóveis, a qualquer tempo, haverá reversão do bem a outro Agente Cultural ou   Administra o Pública.
- 7.3.4. Em situa o de caso fortuito ou força maior o Agente Cultural deverá comunicar   SEEC, comprovando a ocorrência.

## **8. DA PRESTA O DE CONTAS**

- 8.1. A presta o de contas dos recursos recebidos deverá ser realizada conforme os procedimentos indicados no Anexo VII – ORIENTA OES SOBRE A PRESTA O DE CONTAS do Edital n  001/2026
- 8.2. Para fins de presta o de contas, será exigida a comprova o da plena consecui o do objeto do projeto, por meio da apresenta o, no

prazo de até 30 dias corridos após término da execu o, de Relatório de Objeto da Execu o Cultural.

- 8.3. A presta o de informa es *in loco* poderá ser realizada quando o apoio recebido pelo projeto for inferior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nos casos em que a administra o pública considerar que uma visita de verifica o seja suficiente para aferir o cumprimento integral do objeto. Para esses casos, o(a) Agente Cultural será informado(a) pela SEEC durante a fase de execu o do objeto.
  - 8.3.1. Os recursos não utilizados pelo projeto deverão ser devolvidos, em favor da Fazenda Estadual, por meio de Guia de Recolhimento (<https://arrecadacao.fazenda.pr.gov.br/>) em até 30 (trinta) dias a contar do encerramento do prazo para a execu o do objeto, com apresenta o do comprovante do recolhimento.
- 8.4. Caso sejam identificados indícios de irregularidades na execu o do objeto ou nos casos em que for recebida denúncia de irregularidade na execu o do projeto a SEEC solicitar , de forma excepcional, o Relatório Financeiro da Execu o Cultural para fim de presta o de contas.
  - 8.4.1. O prazo para apresenta o do relatório de execu o financeira será de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notifica o.
- 8.5. Nos casos de rejei o da presta o de contas em que a motiva o esteja relacionada   aquisi o ou ao uso do bem, o valor pelo qual ele foi adquirido será computado no cálculo de valores a devolver, com atualiza o monetária, corrigidos pelo IPCA-E.
- 8.6. A presta o de contas de que trata a presente Cláusula e Anexo  nico não prejudica eventual presta o ou tomada de contas perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, quando os recursos sejam estaduais, ou perante os órgãos de controle interno e externo da

União, caso os recursos tenham origem federal, nos termos da legisla o vigente.

## **9. DAS SAN OES**

- 9.1. Na hipótese de determina o da devolu o de recursos pela SEEC, o(a) Agente Cultural será notificado(a) para que exerça, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a op o por:
  - I. devolu o parcial ou integral dos recursos ao erário;
  - II. apresenta o de plano de a o compensatórias; ou
  - III. devolu o parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresenta o de plano de a o compensatórias.
- 9.2. O plano de a o compensatórias deverá ser apresentado no prazo previsto no item 9.1.
- 9.3. O prazo de execu o do plano de a o compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado   metade do prazo originalmente previsto de vigência do Termo de Execu o Cultural.
- 9.4. A SEEC deliberará a respeito do plano de a o compensatórias, observar  a adequa o do plano em vista ao valor devido e poderá solicitar eventuais ajustes.
- 9.5. Nos casos em que estiver caracterizada m -f  do(a) Agente Cultural, será imediatamente exigida a devolu o de recursos ao erário, vedada a aceita o de plano de a o compensatórias.
- 9.6. Nos casos em que houver exigência de devolu o de recursos ao erário, o(a) Agente Cultural poderá solicitar o parcelamento do débito a ser definido por comissão da SEEC.
- 9.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias do pagamento de qualquer parcela ensejará o vencimento antecipado da d vida, inscri o no Cadastro Informativo Estadual e encaminhamento   d vida ativa do Estado do Paraná.

- 9.8. A devolu o dos valores deverá ser realizada deverão ser devolvidos, em favor da Fazenda Estadual, por meio de Guia de Recolhimento (<https://arrecadacao.fazenda.pr.gov.br/>) em até 30 (trinta) dias a contar do encerramento do prazo para a execu o do objeto, ou da análise final da presta o de contas, ou da notifica o, com apresenta o do comprovante do recolhimento.
- 9.9. A rejei o das contas poderá ensejar a suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento   cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias, conforme decisão da SEEC, em processo que se observar  o contraditório e ampla defesa.
- 9.10. A suspensão de celebrar novo instrumento de que trata o item 9.9 poderá ser aplicada cumulativamente às medidas previstas no 9.1, quando evidenciada a má-f  do Agente Cultural.

## **10. EXTIN O DO TERMO DE EXECU O CULTURAL**

- 10.1. O presente Termo de Execu o Cultural poderá ser extinto:
- I. pelo cumprimento do seu objeto;
  - II. pelo término do seu prazo de vigência;
  - III. de comum acordo pelas partes antes do prazo acordado, mediante Termo de Distrato, o qual disporá sobre a restitui o parcial ou total de recursos, ou eventuais medidas compensatórias.
- 10.2. A SEEC poderá rescindir unilateralmente o Termo de Execu o Cultural quando o(a) Agente Cultural incorrer em uma das seguintes hipóteses:
- a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
  - b) irregularidade ou inexecu o injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
  - c) viola o da legisla o aplicável;

- d) cometimento de falhas reiteradas na execu o;
- e) má administra o de recursos públicos;
- f) constata o de falsidade ou fraude nas informa es, ou documentos apresentados;
- g) não atendimento às recomenda es ou determina es decorrentes da fiscaliza o;
- h) outras hipóteses expressamente previstas na legisla o aplicável.

10.3. Nos casos de rescisão unilateral, o(a) Agente Cultural será previamente notificado(a) para exercer o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 dias úteis, cujo trâmite obedecerá o disposto na Lei de Processo Administrativo do Estado do Paraná, Lei n.  20.656/2021.

10.4. Os casos de rescisão unilateral serão motivados nos autos do processo administrativo e será definida a necessidade de restitui o total ou parcial dos recursos recebidos, aplicando-se o disposto nos itens 9.5 a 9.8 deste Termo de Execu o Cultural.

## **11. DA PUBLICA O**

11.1. As informa es relativas a este TERMO DE EXECU O CULTURAL serão publicadas pela SEEC no Diário Oficial do Estado.

## **12. DA VIGÊNCIA**

12.1. O presente TERMO DE EXECU O CULTURAL tem vigência pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura por todas as partes.

12.2. O prazo de execu o e/ou entrega do objeto deste presente Termo de Execu o Cultural poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, mediante solicita o do(a) Agente Cultural, devidamente formalizada e justificada, a ser aprovada pela SEEC.

12.3. A prorrogao de ofício da vigência do presente Termo deve ser feita, nos termos do art. 31, 1, inciso I do Decreto n. 3.463/2023, pela Administrao Pública quando houver dado causa a pendências que gerem atrasos  execuo do projeto.

12.3.1. Na hipótese de prorrogao de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execuo do objeto.

### **13. DO FORO**

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de CURITIBA – PARANÁ para dirimir quaisquer dvidas ou litígios oriundos do presente TERMO DE EXECUO CULTURAL.

E, por assim estarem plenamente de acordo com todos os termos do presente TERMO DE EXECUO CULTURAL, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, para que produza todos os seus jurídicos e legais efeitos.

CURITIBA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**Luciana Casagrande Ferreira Pereira**  
Secretária de Estado da Cultura

---

Agente Cultural



## **ANEXO ÚNICO AO TERMO DE EXECU O CULTURAL ORIENTA OES PARA PRESTA O DE CONTAS   SEEC**

**1.** A presta o de contas referente ao presente Termo de Execu o Cultural será regida pelo Decreto Estadual n. 3.463, de 2023.

**1.1.** O(a) Agente Cultural   responsável pela adequada gestão e aplica o dos recursos financeiros que lhe forem transferidos.

### **2. DA CATEGORIZA O DA PRESTA O DE CONTAS**

**2.1.** A presta o de contas do presente Termo de Execu o Cultural será realizada por meio de uma das seguintes modalidades:

- a)** Presta o de informaçoes *in loco*;
- b)** Relatório de Execu o do Objeto;
- c)** Relatório de Execu o Financeira.

**2.2.** As contas deverão ser prestadas inicialmente por meio de Relatório de Execu o do Objeto, a ser apresentado pelo(a) Agente Cultural.

**2.2.1.** Quando cabível, a etapa inicial da presta o de contas poderá consistir na presta o de informaçoes *in loco*, mediante auxílio de agente facilitador, sem prejuízo da posterior apresenta o de Relatório de Execu o do Objeto e de Relatório de Execu o Financeira, quando for o caso, nos termos das Cláusulas 3 e seguintes deste Anexo;

**2.2.1.** Após a análise da presta o de contas, por meio de Relatório de Execu o Financeira, eventuais recursos não utilizados, glosados, ou utilizados em desacordo com o objeto do projeto contemplado, deverão ser devolvidos, deverão ser devolvidos, em favor da Fazenda Estadual, por meio de Guia de Recolhimento (<https://arrecadacao.fazenda.pr.gov.br/>) em até 30 (trinta) dias a contar do

encerramento do prazo para a execu o do objeto, ou da análise final da presta o de contas, ou da notifica o, com apresenta o do comprovante do recolhimento.

**2.3.** Independentemente da categoria de presta o de contas aplicável, a documenta o relativa   execu o do objeto e   execu o financeira será mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contados do fim da vigência do instrumento.

**2.4.** A SEEC poderá, em qualquer tempo, solicitar, para fins de acompanhamento e monitoramento, documenta o referente   execu o do objeto, incluindo documentos fiscais e bancários dele decorrentes.

### **3. DA PRESTA O DE INFORMAÇOES *IN LOCO***

**3.1.** Conforme o juízo de conveniência e oportunidade da Administra o Pública, a modalidade de presta o de contas por visita *in loco* poderá ser adotada nos casos em que o valor do apoio for inferior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que a visita de verifica o seja considerada suficiente pela SEEC, para aferi o do cumprimento integral do objeto.

**3.2.** A presta o de informaçoes *in loco* poderá ser dispensada quando a Administra o Pública não dispuser de capacidade operacional para realizar a visita, caso em que será exigida a presta o de informaçoes em Relatório de Execu o do Objeto.

**3.3.** Na hipótese de presta o de informaçoes *in loco*, o(a) Agente Cultural será previamente cientificado durante a execu o da a o cultural.

**3.4.** O agente facilitador responsável elaborar  relatório de visita de verifica o para a presta o de informaçoes *in loco* e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

**a)** encaminhar o processo   comissão de fiscaliza o responsável pelo julgamento da presta o de informa es, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

**b)** recomendar que seja solicitada a apresenta o pelo beneficiário de relatório de execu o do objeto, caso considere que não foi possível aferir na visita de presta o de informa es *in loco* que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado; ou

**c)** recomendar que seja solicitada a apresenta o, pelo beneficiário, de Relatório de Execu o Financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório de Execu o do Objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

**3.5.** A comissão de fiscaliza o responsável pelo julgamento da presta o de informa es *in loco* poderá:

**a)** determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

**b)** solicitar a apresenta o, pelo beneficiário, de Relatório de Execu o do Objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

**c)** solicitar a apresenta o, pelo beneficiário, de Relatório de Execu o Financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório de Execu o do Objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

**d)** aplicar san es ou decidir pela rejei o da presta o de informa es, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto nem o cumprimento parcial justificado ou, ainda, caso identifique irregularidades no Relatório de Execu o Financeira.

#### **4. DA PRESTA O POR RELATÓRIO DE EXECU O DO OBJETO**

**4.1.** A presta o de informa es em Relatório de Execu o do Objeto comprovar  que foram alcançados os resultados da a o cultural, por meio dos seguintes procedimentos:

a) apresenta o de Relatório de Execu o do Objeto pelo beneficiário no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a finaliza o do projeto; e

b) Análise do Relatório de Execu o do Objeto por agente facilitador.

**4.2.** O agente facilitador competente elaborar  parecer técnico de análise do relatório de execu o do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:

**a)** encaminhar o processo   comissão de fiscaliza o responsável pelo julgamento da presta o de informa es, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou

**b)** recomendar que seja solicitada a apresenta o, pelo beneficiário, de Relatório de Execu o Financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no Relatório de Execu o do Objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.

**4.3.** A comissão de fiscaliza o responsável pelo julgamento da presta o de informa es em Relatório de Execu o do Objeto poderá:

**a)** determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

**b)** solicitar a apresenta o, pelo beneficiário, de Relatório de Execu o Financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execu o do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

**c)** aplicar san es ou decidir pela rejei o da presta o de informa es, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no Relatório de Execu o Financeira.

## **5. DA PRESTA O POR RELATÓRIO DE EXECU O FINANCEIRA**

**5.1.** A apresenta o do Relatório de Execu o Financeira será exigida:

**a)** quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto após a presta o de informa es in loco ou a presta o de informa es em Relatório de Execu o do Objeto, conforme o caso;

**b)** quando for recebida, pela administra o pública, denúncia de irregularidade na execu o da a o cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliar  os elementos f ticos apresentados.

**5.2.** O prazo para apresenta o do Relatório de Execu o Financeira será de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notifica o.

**5.3.** A comissão de fiscaliza o poderá aprovar o relatório, com ou sem ressalvas, ou reprov -lo total ou parcialmente.

**5.4.** Em caso de reprova o total ou parcial do relatório, caberá recurso   autoridade máxima da SEEC, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

## **6. DA DEVOLU O DE RECURSOS E A OES COMPENSATÓRIAS**

**6.1.** Na hipótese de determina o de devolu o de recursos, o(a) Agente Cultural será notificado(a) para que exerça, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a op o por:

- a)** Devolu o parcial ou integral dos valores ao erário;
- b)** Apresenta o de plano de a oes compensatórias; ou
- c)** Devolu o parcial dos recursos juntamente com apresenta o de plano de a oes compensatórias.

**6.2.** A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execu o do instrumento afasta a reprova o da presta o de informaçoes, desde que comprovada, sendo cabíveis a oes compensatórias.

**6.3.** O plano de a oes compensatórias deverá ser apresentado no mesmo prazo do item anterior.

**6.4.** O prazo de execu o do plano de a oes compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado   metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento e respeitado o prazo estabelecido pela SEEC.

**6.5.** A SEEC deliberará a respeito do plano de a oes compensatórias, observar  a adequa o do plano em vista ao valor devido e poderá solicitar eventuais ajustes.

**6.6.** Nos casos em que estiver caracterizada m -f  do agente cultural, será imediatamente exigida a devolu o de recursos ao erário, vedada a aceita o de plano de a oes compensatórias.

**6.7.** Nos casos em que houver exigência de devolu o de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, em até dez parcelas mensais iguais.

**6.8.** O atraso superior a trinta dias do pagamento de qualquer parcela ensejará o vencimento antecipado da d vida, inscri o no Cadastro Informativo Estadual e encaminhamento   d vida ativa do Estado do Paraná.

**6.9.** Os prazos para a execu o e a avalia o das presta oes de contas dos agentes culturais destinatários finais dos recursos, assim como os prazos para eventuais ressarcimentos, penalidades e medidas compensatórias serão definidos no edital de chamamento e, na hipótese de recursos federais, estarão sujeitos às determina oes da União.

## **7. DISPOSI OES FINAIS**

**7.1.** As orienta oes e diretrizes para o preenchimento do Relatórios de Objeto de Execu o Cultural e, quando aplicável, do relatório financeiro da execu o cultural, estarão indicadas em manual disponibilizado pela SEEC.

**7.2.** A SEEC se reserva o direito de exigir documentos adicionais que não se fizerem listados no presente Anexo ou no manual citado no item 7.1 bem como poderá diligenciar a apresenta o de novas informaçoes, relatórios e justificativas, tanto quanto for necessário para o correto encerramento das presta oes de contas.

### MODELO DE PLANO DE TRABALHO

<b>PLANO DE TRABALHO</b>	<b>TERMO DE EXECU�O CULTURAL N.º ____/2026</b>
<b>AGENTE CULTURAL:</b>	<b>CPF/CNPJ:</b>
<b>NOME DO PROJETO:</b>	
<b>DESCRI�O DO PROJETO:</b>	
<b>CRONOGRAMA DE EXECU�O (em dias, semanas e/ou meses)</b>	
<b>Pr�-produ�o</b>	
<b>Produ�o</b>	
<b>P�s-produ�o</b>	
<b>OR�AMENTO</b>	
<b>Pr�-produ�o</b>	



<b>Produ�o</b>
<b>P�s-produ�o</b>
<b>TOTAL:</b>